

## Recomendações para a transição proteica em Portugal

---

### Porque é relevante:

Os modos de produção convencionais e a forma como nos alimentamos influenciam o clima e a biodiversidade, a economia local e global e a nossa qualidade de vida. A produção agrícola, e em particular a pecuária, é uma das atividades humanas com maior impacto ambiental e na saúde humana:

- Globalmente 82% das terras agrícolas em uso correspondem à produção de pecuária (sendo que só nos garantem 18% do fornecimento de calorias e 37% de proteínas).
- A produção animal é um dos principais fatores que contribuem para as emissões antropogénicas globais de gases com efeito de estufa (GEE), correspondendo a aproximadamente 18% das emissões.
- A União Europeia é um importador líquido de proteínas, dependendo das importações de proteínas em 26%.
- Os custos ocultos dos problemas de saúde e da degradação ambiental no atual sistema alimentar ascendem a 10-15 biliões de dólares por ano, representando 12% do PIB mundial em 2020.
- Os hábitos alimentares inadequados estão entre os principais fatores de risco para a perda de anos de vida saudável em Portugal. Em particular, o consumo excessivo de fontes de proteína animal está associado a problemas de saúde como cancro e doenças cardiovasculares.
- A intensificação da produção animal é responsável pelo risco crescente de futuras pandemias.

Apesar dos atuais sistemas alimentares serem a maior ameaça à conservação da natureza e à saúde humana, podem ser a principal solução para múltiplas crises enfrentadas pela humanidade. Ao adotarmos hábitos alimentares que privilegiem o consumo de proteínas de base vegetal, em detrimento de proteínas animais, juntamente com, uma alimentação variada, sazonal, baixo consumo de alimentos processados e diminuição do desperdício alimentar - podemos reduzir:

- Em 30% a emissão de GEE associados à produção alimentar;
- Em 41% a utilização de terra habitável para a produção alimentar;
- Em 46% a perda de vida selvagem.

## Recomendações para a transição proteica em Portugal

---

*O termo transição proteica é um conceito ainda em construção que remete para a necessidade de uma transição para dietas mais sustentáveis e alinhadas com as metas climáticas, o que implica, nomeadamente, a redução do consumo de proteína animal de produção intensiva.*

Este conjunto de recomendações resulta de um encontro organizado pela [Alimentar Cidades Sustentáveis Associação - ACSA](#) e ANP I WWF no dia 4 de Abril 2024 na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Este encontro reuniu um conjunto significativo de cerca de 30 atores do sistema alimentar representativos da administração pública, da academia, do setor privado e do terceiro setor/ sociedade civil e das diferentes etapas da cadeia alimentar, da produção, distribuição, consumo, transformação ao desperdício. Tentou-se ainda que este conjunto de atores representasse os vários setores alimentares - carne e miudezas, cereais, arroz, leguminosas, frutícolas, hortícolas, leite e produtos derivados e pescado.

Tendo como referente o [Guia de Consumo de Proteína em Portugal](#) publicado pela ANP I WWF e que apresenta 4 cenários - Melhor Escolha, Escolha Razoável, Repensar, A Evitar com base nos atuais padrões de consumo alimentar – foram elaboradas pelos participantes um conjunto de 24 recomendações que posteriormente foram categorizadas por temas:

- Governança
- Literacia Alimentar
- Restauração Coletiva
- Incentivos Financeiros
- Território

Para cada categoria e respetivas recomendações foi realizado um breve enquadramento no contexto das políticas nacionais e internacionais e, sempre que possível, exemplos nacionais ou internacionais de boas práticas que suportem as referidas recomendações.

Pretende-se colocar na agenda pública e política o tema da transição proteica em Portugal através de um conjunto de recomendações independentes com o objetivo de reforçar a participação cívica portuguesa no futuro dos nossos sistemas alimentares.

---

No âmbito da categoria **GOVERNANÇA** foram destacadas duas recomendações:

- 1. Criar e apoiar grupos de trabalho inter e multidisciplinar que abordem o sistema alimentar de uma forma holística, envolvendo com todas as partes interessadas.**
- 2. Criar uma Secretaria de Estado para a Transição Agroecológica e Alimentação Sustentável.**

## Políticas nacionais em vigor:

Estas recomendações estão alinhadas com políticas existentes, como por exemplo a Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2018, de 26 de Julho, que cria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ou o Programa Nacional para a Alimentação Saudável 2022-2030 que, no seu Eixo 5, tem como referente a saúde, propondo a integração e articulação dos diferentes sectores, nomeadamente a agricultura, economia, ambiente, segurança social, educação e autarquias como abordagem metodológica.

Refira-se que estas duas recomendações estão também alinhadas com o quadro de indicadores de monitorização estabelecido pelo Pacto de Milão<sup>1</sup> para a categoria governança (e assinado por algumas autarquias portuguesas, nomeadamente a Área Metropolitana de Lisboa) em especial o indicador referente à “presença de uma estrutura ativa de planeamento e política multissetorial de alimentação (por exemplo, conselhos de políticas de alimentação, parcerias alimentares...). Esta estrutura possibilita a (auto) avaliação da presença, representação, funcionamento e eficácia de um órgão ou mecanismo multissetorial para o planeamento e para a política de alimentação urbana. Permite ainda identificar quais as áreas específicas que devem ser melhoradas.

Defende-se que a Agenda de Inovação para a Agricultura – Terra Futura 20 | 30 e o financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (que suporta parcialmente a agenda) devem ser utilizados para garantir de forma coerente e concertada a **Transição Agroecológica e Alimentação Sustentável. Para tal, deverá ser criada uma secretaria que espelhe a visão inter e multidisciplinar patente na recomendação 1. Um exemplo interessante desta abordagem é o caso francês que no âmbito do Plano de Recuperação** criou uma linha específica para financiamento dos Projetos de Alimentação Territorial – entendidos como projetos ou estratégias que visam a realocação da agricultura e da alimentação nos territórios, aproximando os produtores, distribuidores, coletividades territoriais e consumidores. Estes planos holísticos e multidisciplinares geridos pelas autarquias ou por entidades similares, decorrem de uma política de apoio aos projetos de alimentação territorial (*Loi d’avenir pour l’agriculture et la Forêt* - 2014) a qual enquadra os Projetos Alimentares Territoriais – PAT. Atualmente existem mais de 400 em todo o território francês.

Por fim defende-se que é imprescindível haver dados que suportem a decisão dos grupos multidisciplinares e uma futura secretaria. Nesse sentido, urge reforçar as recomendações da publicação Alimentar Boas Práticas da Produção ao Consumo Sustentável 2022 publicada pela Alimentar Cidades Sustentáveis Associação. Reforça-se a importância da **criação de um Observatório Nacional** que permita monitorizar as iniciativas a partir de critérios de exequibilidade, eficiência, equidade e sustentabilidade. A recolha de dados é

---

<sup>1</sup> O Pacto de Milão para a Política Alimentar Urbana (Milan Urban Food Policy Pact em inglês) foi lançado em 2015, na Expo 2015 realizada em Milão (Itália), dedicada à temática “Alimentar o nosso Planeta, Energia e Vida”. Desde então, mais de 260 cidades assinaram o Pacto, assumindo o compromisso de trabalharem para a concretização de políticas alimentares mais sustentáveis nos seus municípios. Em Portugal, o Pacto de Milão foi assinado por Torres Vedras e Funchal, em 2017, e mais recentemente pela Área Metropolitana de Lisboa, em 2022. <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/>

essencial para informar de forma substantiva futuras políticas públicas, seja ao nível do governo central, seja ao nível da administração local. Defende-se ainda a criação de uma **linha de financiamento para o desenvolvimento de estratégias alimentares integradas** baseada num levantamento prévio exaustivo das iniciativas existentes no território, numa ótica de acompanhamento e avaliação dos resultados que permita alimentar as políticas públicas.

#### **Exemplos de Boas Práticas:**

- [O Projeto Participesca - comité de cogestão da Pesca do Polvo no Algarve.](#)
- [Observatório nacional dos Planos de Alimentação Territorial criado em 2019 pelo governo francês](#)
- [A grelha de monitorização elaborado no âmbito do Pacto de Milão para a Política Alimentar Urbana sugere um conjunto de ações, medidas e indicadores que podem ser utilizados pelas autarquias](#)
- [A linha de ação para a transição agroecológica do ministério da agricultura e da soberania alimentar Francês](#)

#### **Reflexão final sobre o papel da governança na transição proteica:**

O sistema alimentar implica: (1) uma visão holística e integrada das diferentes dimensões, seus impactos e suas interações; (2) um modelo de governança que espelhe uma visão multidisciplinar e multinível. Para que tal seja exequível é necessário que o modelo de governança espelhe esta diversidade. As ações adotadas (para a transição proteica) devem ser benéficas para todos os atores e setores do sistema alimentar, e ter em consideração os impactos e interações com outras políticas, programas e iniciativas.

É fundamental recolher, processar, monitorizar, e avaliar os dados de modo a tomar decisões políticas baseadas em evidência científica sobre quais as melhores opções estratégicas para materializar a transição proteica.

---

No âmbito da categoria **LITERACIA ALIMENTAR** foram destacadas as seguintes recomendações:

1. **Criação de um Programa Nacional de Literacia Alimentar, alinhado com o nexus: vida do solo, saúde humana, saúde e ecossistemas, conforme proposto pela Organização Mundial de Saúde onde se irá:**
  - 1.1. **Desenvolver conteúdos sobre o sistema alimentar, desde a produção ao desperdício ao longo da cadeia, com uma forte componente prática abordando a questão da importância de uma transição proteica.**

**1.2. Diferenciar os conteúdos por público-alvo (tendo em conta não só a faixa etária e os interesses do público em geral como também o tipo de instituição como municípios, escolas e serviços de saúde).**

**1.3 Inserir unidades curriculares com enfoque no sistema alimentar sustentável nos cursos da área da Agricultura, Saúde, Ambiente, Engenharia e outros que estão relacionados com a temática alimentar.**

### **Políticas nacionais em vigor:**

O Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES) tem como âmbito a promoção da dieta mediterrânica e de uma alimentação equilibrada, diversificada e sustentável. Sob os eixos Consumo, Produção, Dieta Mediterrânica e Educação e Literacia Alimentar tem como missão (entre outros) promover a adoção de sistemas de produção e distribuição mais sustentáveis e sensibilizar e aconselhar os consumidores e a população em geral para a adoção de uma alimentação nutricionalmente equilibrada e informada.

As presentes recomendações estão alinhadas com o PNAES nos referidos eixos. Fazem parte do PNAES um conjunto de operações regionais e locais dinamizadas pelos Grupos de Ação Local (GAL) que procuram materializar os objetivos do PNAES nos seus territórios, nomeadamente sobre literacia alimentar.

É fundamental que as ações no âmbito da educação e literacia alimentar considerem, ou se cruzem, com outros documentos e iniciativas nacionais e locais já existentes, como por exemplo, o [Referencial de Educação para a Saúde](#) (2017) - que estabelece a educação alimentar como um dos pilares fundamentais para a saúde - e internacionais como a [One Health Approach - Proposta pela Organização Mundial de Saúde](#).

### **Exemplos de Boas práticas:**

- [Nutrimento - Programa Nacional de Promoção de Alimentação Saudável](#)
- [Prato Certo – Iniciativa que visa informar as pessoas sobre as melhores escolhas alimentares](#)
- [À Noite no Mercado – Iniciativa para capacitação de públicos para um consumo alimentar mais sustentável](#)
- [Kitchen Dates - projeto de literacia alimentar](#)
- [As recomendações do governo dinamarquês para Alimentação Saudável e Sustentável](#)
- [Serviço de pediatria ambiental do Hospital Virgen de la Arrixaca-Murcia, que aconselha os pacientes a optarem por uma alimentação mais saudável e sustentável](#)
- [Estratégia Alimentar do Funchal que tem a literacia alimentar como um dos objetivos estratégicos](#)

## **Reflexão final sobre o papel da literacia alimentar na transição proteica:**

A literacia alimentar é fundamental para que os consumidores possam tomar melhores decisões – informadas e baseadas em evidência científica – possibilitando a transição proteica a nível da sociedade civil. Para que a transição proteica seja efetiva tem de ser sustentada no tempo e não se pode diluir em ações pontuais e isoladas.

É fundamental um conhecimento do sistema alimentar a partir de uma perspetiva holística e integrada, para que as ações adotadas (que visam a transição proteica) não só sejam alinhadas com essa visão, mas também sejam benéficas para todos os atores e setores do sistema alimentar.

---

No âmbito da categoria **RESTAURAÇÃO COLETIVA** foram destacadas as seguintes recomendações:

- 1. Alinhar as orientações e recomendações da Direção Geral de Saúde para uma alimentação saudável e sustentável, com enfoque na transição proteica. Por exemplo: substituir as recomendações existentes (dias de carne e peixe) por quantidade de proteína (animal e vegetal), nos menus das cantinas públicas;**
- 2. Promover as compras públicas saudáveis e sustentáveis para as cantinas públicas, incluindo;**
  - 2.1 Critérios de seleção como sazonalidade, impacto ambiental (pegada ecológica), equidade e resiliência económica;**
  - 2.2. Critérios de valorização para a diminuição do desperdício como a compra de produtos fora dos padrões de calibragem;**
- 3. Alargar o âmbito de ação da restauração coletiva de forma a abranger catering e eventos.**

### **Políticas nacionais:**

A Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030<sup>2</sup> (ECO360) consiste num processo para a aquisição de produtos, serviços e obras que demonstram um baixo impacto ambiental no seu ciclo de vida, contribuindo assim para alcançar objetivos de eficiência de recursos e neutralidade climática. Prevê a adoção de critérios de circularidade e de produtos da bioeconomia sustentável nas aquisições públicas, incluindo na alimentação onde o potencial para a economia circular é elevado. As recomendações para a Restauração Coletiva estão alinhadas com a estratégia ECO360. Já existem bons exemplos de cantinas escolares que materializam estes princípios, como o Município de Torres

---

<sup>2</sup> [https://www.base.gov.pt/Base4/media/enme0k4p/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-13\\_2023.pdf](https://www.base.gov.pt/Base4/media/enme0k4p/resolucao-do-conselho-de-ministros-n-13_2023.pdf)

Vedras e a Junta de Freguesia dos Olivais, mas era importante que estas recomendações fossem concretizadas nas cantinas dos próprios municípios e outras instituições públicas ou nos serviços de catering dos Hospitais. Nas cantinas hospitalares a alimentação deveria ser considerada como parte integrante dos planos de recuperação dos utentes e uma alavanca para a adopção de dietas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

### **Exemplos de Boas práticas:**

- [O Projeto de Alimentação Escolar da Junta de Freguesia dos Olivais](#)
- [Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar do Município de Torres Vedras](#)
- [O Projeto de São Pedro do Sul: Família, Hoje Comi Bio](#)
- [Prato Sustentável da Associação Vegetariana Portuguesa](#)
- [Estratégia Alimentar da Cidade de Copenhaga, que inclui critérios para compras públicas saudáveis e sustentáveis](#)

### **Reflexão final sobre o papel da restauração coletiva na transição proteica:**

A alimentação nas cantinas públicas influencia o padrão alimentar de milhares de consumidores, e portanto, alterar o tipo de refeições para opções saudáveis e sustentáveis, tem o potencial de, não só aumentar a consciência para este tipo de dieta, mas reduzir significativamente o consumo diário de alimentos com alto impacto ambiental (por exemplo: proteína animal proveniente de sistemas super intensivos).

As refeições servidas em cantinas públicas não afetam unicamente os consumidores que dela usufruem, mas todo o sistema alimentar - desde a produção do alimento até ao desperdício - portanto, se for priorizada uma dieta de base vegetal nessas cantinas, aumentará a procura e, conseqüentemente, a produção de alimentos que contribuem para a transição proteica, como por exemplo as leguminosas.

As refeições servidas nas cantinas públicas são acessíveis à maioria dos consumidores. Sendo essas refeições à base de uma alimentação saudável e sustentável, uma parte significativa dos consumidores terá acesso a uma dieta de maior qualidade, que também contribui para a transição proteica.

---

No âmbito da categoria **INCENTIVOS FINANCEIROS** foram destacadas as seguintes recomendações:

- 1. Desenvolvimento de programas de conversão para os agricultores que queiram optar por práticas agroecológicas, nomeadamente:**
  - 1.1. Processo de Certificação em Modo de Produção Biológico (alinhados com os princípios da agroecologia) suportado pelo Ministério da Agricultura em articulação com os municípios/freguesias**

**de forma a permitir que os agricultores familiares/pequena escala possam iniciar a conversão.**

- 2. Transferência dos apoios financeiros dos alimentos cuja produção provoca elevados impactos ambientais para a produção de alimentos de baixo impacto ambiental - cujas práticas promovam a regeneração do solo e do ciclo da água (rios, oceanos, etc) e protejam a biodiversidade terrestre e aquática, ao mesmo tempo que produzem alimentos de qualidade.**
  - 2.1 aumento dos apoios sectoriais na produção de alimentos proteicos de baixo impacto ambiental (leguminosas, cogumelos, etc.)**
- 3. As práticas promotoras de uma alimentação mais sustentável na restauração coletiva devem ser incentivadas através de benefícios económicos (por exemplo: as práticas descritas na categoria Restauração Coletiva deste documento)**
- 4. Atribuição de um Rendimento Básico Garantido, associado à garantia de direitos laborais para os agricultores agroecológicos que contribuem para a soberania alimentar e para a preservação das paisagens agrícolas através de um conjunto de serviços de ecossistemas como prevenção contra incêndios, promoção da biodiversidade, regeneração do solo, regeneração do ciclo da água.**
- 5. Assegurar os direitos laborais das pessoas que trabalham no sistema alimentar, desde a produção de alimentos à gestão do desperdício.**

#### **Políticas nacionais:**

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) é fundamental para implementar a Política Agrícola Comum (PAC) a nível nacional, em articulação com outras políticas públicas. A PAC e os seus recursos públicos são justificados por duas grandes finalidades:

1. Resposta a necessidades vitais da sociedade: fornecimento de bens e serviços não totalmente remunerados pelo mercado, como segurança face a incêndios rurais, garantia de uma alimentação suficiente e saudável, serviços ambientais (conservação do solo, água e biodiversidade), mitigação e adaptação às alterações climáticas e proteção das paisagens agroflorestais.

2. Melhoria das condições de vida dos agricultores e trabalhadores rurais: promoção de melhores rendimentos e condições de vida, comparáveis aos de outros grupos sociais. Em Portugal, não existe uma única agricultura, mas sim várias, resultantes da adaptação dos agricultores às diversas condições edafoclimáticas e bióticas, estruturas agrárias e contextos socioeconómicos.

Para que as intervenções do PEPAC sejam eficazes, é necessário um diagnóstico robusto e abrangente das necessidades e potencialidades dos diversos territórios. No entanto, as recentes decisões da Comissão Europeia comprometem os serviços ambientais das práticas agrícolas, ao simplificarem alguns procedimentos de controlo, adiarem a decisão de redução do uso de pesticidas, concederem uma isenção parcial à regra de condicionalidade aplicável às terras em pousio e lançarem um inquérito sobre práticas comerciais desleais. É

urgente o exercício da cidadania ativa, mais forte quando realizado em coletivos, como a coligação cívica PEPAC.

### **Exemplos de Boas Práticas:**

- [Apoios às pastagens biodiversas com inclusão de leguminosas](#)
- [Medidas agroambientais - D.2.2 - Gestão do montado por resultados](#)
- [Plano de Ação Nacional Dinamarquês do Ministério da Alimentação, Agricultura e Pescas que inclui a transição proteica](#)

### **Reflexão final sobre o papel dos incentivos financeiros na transição proteica:**

Os sistemas alimentares são responsáveis pela emissão de aproximadamente 26% dos gases de efeito estufa, sendo que desses 26% a produção de carne e peixe é responsável por aproximadamente 30%. Para que o sistema alimentar seja mais sustentável é fundamental que haja uma transição proteica. Contudo, atualmente, os apoios financeiros e subsídios agrícolas, ao invés de ajudarem a inverter esta situação, perpetuam-na. Assim sendo, é imperativo que os apoios financeiros e subsídios invertam esta situação e promovam as ações que contribuem para a transição proteica e, conseqüentemente, para um sistema alimentar mais sustentável. Estes incentivos podem materializar-se, por exemplo, via Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) ou através da criação de um Fundo Nacional pela Proteína Vegetal suportado diretamente pelo Orçamento de Estado.

Apoiar financeiramente os agricultores e produtores na produção de alimentos com baixo impacto ambiental e que prestam serviços de ecossistema é um passo em frente para estimular e incentivar todo o setor a adotar práticas que contribuam para um sistema alimentar mais sustentável e resiliente.

---

No âmbito da categoria **TERRITÓRIO** foram destacadas duas recomendações:

**1 - Prever espaços para a produção de alimentos que contribuam para a transição proteica, tais como leguminosas, cogumelos, insetos, algas; alinhado com o Programa Nacional para Promoção da Alimentação Saudável da Direção Geral de Saúde.**

**2 - Criar matadouros móveis respondendo às necessidades dos produtores locais, dinamizando os territórios e a economia local.**

## Políticas nacionais em vigor:

Em Portugal, apesar de a terra para produção agrícola ser mencionada em diferentes contextos nomeadamente: no âmbito da gestão territorial através da Lei nº 31/2014, de 30 Maio – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo; da produção biológica através da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2017, de 27 de Julho – Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e o Plano de Ação para a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios Biológicos; ou mesmo da neutralidade carbónica através da Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2019, de 1 de Julho que aprovou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, não existem ações concretas que visem a disponibilização dessa terra para a concretização de uma visão comum e holística do sistema alimentar cidade/região.

Esta situação ilustra claramente dois aspetos cruciais: primeiro a ausência de uma abordagem do sistema alimentar a nível nacional e, segundo, a falta de uma compreensão clara do papel do território como peça central para a construção de um sistema alimentar sustentável localmente, seja através de incentivos à produção de proteínas alternativas, seja para o fomento de práticas agroecológicas que incluem a produção pecuária local. Em resumo, as políticas nacionais relacionadas com a alimentação em Portugal não consideram as interconexões entre os pontos de entrada do sistema alimentar e a forma como estes devem interagir no que respeita ao território. Este é um limite crítico, pois só quando o sistema alimentar é considerado de uma perspetiva holística é que se tornam possíveis soluções efetivas para os problemas locais.

Neste âmbito, o Pacto de Milão assinado nomeadamente pela Área Metropolitana de Lisboa, Funchal e Torres Vedras, considera como indicador de referência na categoria Produção a presença de políticas e regulamentos municipais que permitam e promovam a produção e o processamento agrícola dentro das fronteiras municipais. Trata-se no nosso entender de um indicador fundamental que deve ser materializado no território para que se possam concretizar as recomendações propostas.

## Exemplos de Boas Práticas:

- [A Terra Sintrópica em parceria com o município de Mértola e a Associação de Empresários do Vale do Guadiana criou um programa piloto de Bolsa de Terras na Cintura Hortícola de Mértola que parte dos desafios do território, tais como hortas abandonadas, para fortalecer o seu ecossistema alimentar local.](#)
- [A Loi d’Avenir pour l’Alimentation, l’Agriculture et la Forêt du 13 octobre 2014, \(Art.1; Art.39\) que suporta a abordagem territorial na definição da política nacional de alimentação.](#)
- [O plano francês de modernização dos matadouros de proximidade](#)
- [O projeto Parisculteurs na região de Paris já disponibilizou mais de 33 hectares de espaços \(estacionamentos subterrâneos, paredes, telhados planos, ou depósitos de água\) para produção de alimentos no território da cidade/região](#)
- [A 2ª. versão da Estratégia Alimentar de Bruxelas definiu como Eixo 1: Intensificar e apoiar a produção agroecológica em Bruxelas cidade/região tendo como ação](#)

[prioritária a preservação da terra agrícola e a sua disponibilização através da revisão do Plano regional de uso da terra.](#)

- [O Plano Urbanístico de Nova Iorque contempla áreas específicas para lojas de vendas de produtos frescos e legislação que facilita o acesso a espaços para Agricultura Urbana](#)
- [A estratégia alimentar de Vitoria-Gasteiz é viabilizada através do Plano de Ordenamento Territorial do município](#)

### **Reflexão final sobre o papel do território na transição proteica:**

A região/ cidade/território é um nível-chave para o desenvolvimento das políticas e estratégias alimentares que potenciem a transição proteica. Critérios como eficiência de recursos e circularidade têm significado nos seus contextos locais e são mais suscetíveis de ser priorizados em estratégias alimentares definidas à escala da cidade/região.

A concentração na escala regional/territorial também ajudará a ultrapassar os pressupostos abstratos sobre a eficiência global do uso da terra e a alavancar benefícios para as regiões em resultado da re-localização da produção, reintegrando-a com paisagens e fontes de alimentação, e reutilizando os resíduos localmente ao mesmo tempo que assegura fluxos comerciais adequados à escala regional.

Os instrumentos políticos locais/regionais/nacionais que forem usados para implementar a transição proteica deverão, contudo, salvaguardar a existência de novas conversões de áreas naturais para produção de alternativas proteicas. A prioridade deve ser converter progressivamente espaços com diferentes usos agrícolas de elevado impacto ambiental para o cultivo de leguminosas (a alternativa proteica de base vegetal por excelência) ou conciliar, sempre que adequado, as leguminosas com outras espécies em sistema de rotação de culturas, estabelecendo-se metas concretas para efetivar essa transição.

A territorialidade de uma estratégia alimentar implica a sua materialização através dos instrumentos de gestão do território à escala regional ou local, como, por exemplo, os Planos Diretores Municipais ou os Planos de Urbanização.

---

**Estas recomendações foram propostas por um conjunto de pessoas, algumas das quais assinam o presente documento.**

**Este documento foi elaborado por:**

**ACSA- Alimentar Cidades Sustentáveis Associação (Equipa)**

Cecília Delgado, CICS.NOVA, NOVA.FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Alimentar Cidades Sustentáveis Associação - ACSA

Inês Costa Pereira, IPV-ESA, CERNAS Instituto Politécnico de Viseu- Escola Superior Agrária, Centro de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade; Alimentar Cidades Sustentáveis Associação - ACSA

Francisca Feiteira - Slow Food Europe, Alimentar Cidades Sustentáveis Associação - ACSA

14 de Outubro, 2024

OS SUBSCRITORES:

**PESSOAS INDIVIDUAIS:**

- Anabela Marisa Azul, Centro de Neurociências e Biologia Celular, Universidade de Coimbra
- Natália Machado Capeletto, Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território
- Ana Margarida Pinto da Fonseca – CHAIA – Universidade de Évora
- Cláudia Moita, Maria da Ervas
- Inês Sarti Pascoal, Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território
- Luís Moreno, Universidade de Lisboa - IGOT
- Maria Fernanda Castiço dos Santos, agrónoma
- Artur Cristovão, Professor catedrático Reformado – UTAD
- João Pratas, Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território e membro da ACSA
- Paula Mota Rodrigues, engenheira zootécnica e membro da ACSA
- Ana Maria Pacetti, estudante de mestrado em Planeamento e Projecto Urbano - UPORTO
- Iva Pires, docente na FCSH – Universidade Nova de Lisboa
- Henrique Costa Pereira, Diretor Geral na Sweet Lisbon (The Lisboans. Prado e Prado Wine Bar)
- Manuela Carvalho, Universidade de Lisboa
- Ana Salomé Jorge Patrício, nutricionista
- Claudia Alves, Pós-graduada em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis, pelo IPVC
- Inês Amaral Garcia, Mesa Redonda

**PESSOAS COLETIVAS:**

- Alimentar Cidades Sustentáveis Associação – ACSA
- Terra Sintrópica
- Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional – Centro de Competências
- Sciaena
- Zero
- ANP | WWF
- Kitchen Dates
- Quercus
- Quinta do Arneiro
- Talho das Manas
- REDE DLBC, Lisboa
- C3A | Comunidade do Alimento Arruda e Arredores
- ESDIME

A **Associação Vegetariana Portuguesa**, os **Kitchen Dates** e a **Inês Amaral Garcia** apoiam a generalidade das recomendações, exceto na categoria TERRITÓRIO. Considera fundamental a promoção de leguminosas e algas, mas não apoia, por considerar contraproducente ao objetivo do documento: prever espaços para produção de alimentos como cogumelos e insetos e criar matadouros móveis. No caso da criação de insetos, há falta de informação sobre os efeitos ambientais, riscos de patógenos e impactos na biodiversidade. Pode fomentar a pecuária intensiva, visto que insetos são utilizados na ração animal, não solucionando a ineficiência do sistema alimentar, já que são alimentados com coprodutos da indústria agroalimentar. Deve-se aplicar o princípio da precaução na criação industrial de insetos e focar na redução de animais na pecuária intensiva, priorizando fontes de proteína vegetal, como leguminosas e algas (protistas). Quanto aos cogumelos, embora sejam nutritivos e sustentáveis, não devem ser aconselhados como principal fonte de proteína, pois seriam necessários cerca de 700 g de cogumelos para obter 21g de proteína, o que é impraticável. Em relação aos matadouros móveis, estes não promovem uma transição proteica eficaz nem reduzem significativamente os gases de efeito estufa, uma vez que a pecuária intensiva continuará a produzir em grande escala. Deve-se incentivar o cultivo de plantas proteicas promovendo maior sustentabilidade.



**zero.**

